

DAS PARTES DA ORAÇÃO ÀS CLASSES GRAMATICAIS

Luiz Roberto Peel Furtado de OLIVEIRA
Universidade Federal do Tocantins
luizpeel@uft.edu.br

Resumo: A prática dos estudos clássicos aprimora a análise lógica e a percepção estética; desenvolvendo, ainda, a percepção da necessária e profícua conjunção dos estudos da ciência com os estudos das humanidades e das artes. Ou seja, proporcionando ao acadêmico o conhecimento histórico-pragmático da Língua e da Literatura Latina, dirigido para a compreensão lógica do fato linguístico pancrônico, torna-se possível o desenvolvimento de sua capacidade de análise, síntese, interpretação e avaliação crítica, almejando sempre uma aprendizagem significativa para a atuação profissional futura com a língua portuguesa. Este trabalho apresenta, como princípios para atingir esses objetivos propostos, os seguintes pontos: o conhecimento do fato linguístico latino por meio de textos, isto é, de dentro para fora (do concreto para o abstrato), sendo que os textos utilizados são aqueles das primeiras gramáticas latinas; a compreensão do fato linguístico como um fenômeno pancrônico; a aplicação do conhecimento adquirido em traduções de textos simples latinos e na interpretação do fato linguístico português; a inferência dos fatos linguísticos em categorias pragmático-lógicas; a avaliação da própria práxis hermenêutica; o aproveitamento dos saberes e aprendizagens adquiridos fora do ambiente acadêmico, para que o processo não se construa afastado da práxis cotidiana; e a articulação de teoria e prática através de ações educativas capazes de instrumentalizar o aluno para a metodologia de incorporação dos saberes da área de Letras. O norte teórico deste trabalho é composto pela filosofia da linguagem de Bakhtin e pela semiótica europeia.

Palavras-chave: Estudos Clássicos; Gramática Latina; Pancronia; Semiótica; Filosofia da Linguagem

Introdução

Este texto traduz, de modo simples e conciso, a experiência desenvolvida, com alunos do Curso de Letras, da Universidade Federal do Tocantins, na apreensão da necessidade do trabalho com a língua latina para melhor compreensão dos fenômenos linguísticos do português. Como referencial teórico, a partir de Bakhtin, considerando sempre a atividade dialógica como ponto de partida profícuo para o aprendizado, caminhamos para a Semiótica, estudo fenomenológico dos textos que objetiva a recepção e compreensão dos sentidos. Procuramos, dessa forma, estabelecer um diálogo constante com os primeiros gramáticos latinos, não se esquecendo do seu substrato grego, para que o fato linguístico português fosse contemplado dialogicamente em sua totalidade pancrônica.

Da Semiótica europeia, procuramos trabalhar com as três dimensões discursivas – as dimensões da paixão, da ação e da cognição, para que todos os processos de recepção e compreensão linguísticos fossem abordados em todas as suas extensões pedagógicas. Como a Semiótica se apoia na Fenomenologia, essas dimensões são vivenciadas e percebidas como fundo, a partir do qual ocorrem as deiscências, aberturas, que permitirão que o sujeito se aproprie fenomenologicamente, quiçá pragmaticamente, do latim como fundo para a compreensão da língua portuguesa, sendo que essa apropriação se dá pelo afeto, pela ação e pela cognição interpretativas, quando as três dimensões são alcançadas – e foi esse o nosso desejo.

Um dos substratos que ajudou na formação dos semioticistas franceses foi a Fenomenologia de Merleau-Ponty, que trabalha com as noções de fundo e de intersubjetividade, para melhor compreensão do fenômeno, leiamos um excerto dessa obra (1999, 484-5):

Cada existência só transcende definitivamente as outras quando permanece ociosa e assentada em sua diferença natural. Mesmo a meditação universal que corta o filósofo de sua nação, de suas amizades, de seus preconceitos, de seu ser empírico, em uma palavra, do mundo, e que parece deixá-lo absolutamente só, na realidade é ato, fala, por conseguinte diálogo. O solipsismo só seria rigorosamente verdadeiro para alguém que conseguisse constatar tacitamente a sua existência sem ser nada e sem fazer nada, o que é impossível, já que existir é ser no mundo. Em seu retiro reflexivo, o filósofo não pode deixar de arrastar os outros porque, na obscuridade do mundo, ele aprendeu para sempre a tratá-los como consortes, e porque toda a sua ciência está construída sobre esse dado de opinião. A subjetividade transcendental é uma subjetividade revelada, saber para si mesma e para outrem, e a esse título ela é uma intersubjetividade.

Nosso trabalho se baseou sempre num estudo comparativo entre os tratados gramaticais latinos, seguido de traduções para o português, feitas pelos próprios alunos, e de novas analogias com a teoria gramatical contemporânea no tocante às classes de palavras; tentando sempre a percepção do fundo no qual e do qual brotavam as deiscências, sem as quais o fato nunca seria percebido e compreendido como fenômeno linguístico pancrônico; e almejamos, em todo esse processo, a percepção da intersubjetividade como fenômeno dialógico primordial.

E é essa uma de nossas teses, sem a presença do outro, não surge a condição necessária de qualquer cognição; sem a presença do outro, não aparecem nem ocorrem as condições favoráveis e profícuas para a deiscência do fenômeno linguístico, tanto sincronicamente quanto diacronicamente. E nossa insistência nesse vocábulo – deiscência, justifica-se por nosso substrato fenomenológico, sem o qual o ‘dois’ nunca será vivenciado tendo como fundo o ‘um’, e as formas nunca serão compreendidas em seus cotextos e contextos (a pancronia se justifica fenomenologicamente).

E a deiscência ocorre quando vivenciamos cognitivamente a alteridade; seja sincronicamente, enquanto oposição de elementos do sistema (fundo contemporâneo); seja diacronicamente, enquanto oposição de transformações do mesmo ser ou fenômeno linguístico (fundo histórico).

E é só essa consciência da presença concreta e evidente do outro que poderá permitir a abertura cognitiva. Outro pequeno excerto, desta vez de Sartre, nos ajudará a compreender esse fato (1997, 348):

Assim, pelo olhar, experimento o outro concretamente como sujeito livre e consciente que faz com que haja um mundo temporalizando-se rumo às suas próprias possibilidades. E a presença sem intermediários desse sujeito é a condição necessária de qualquer pensamento que tento formar a meu respeito.

A consideração do latim é importante para a percepção deiscente do fato linguístico enquanto fenômeno: o que é, deveras, imprescindível para o professor de língua materna.

1. As primeiras gramáticas

A melhor introdução para nosso texto, que trata da importância do latim e dos primeiros tratados gramaticais nessa língua, é, sem dúvida, uma abordagem da obra de

Dionísio Trácio, principalmente de seu parágrafo inicial – fonte de toda teoria gramatical da antiguidade; não só grega, mas também latina, e, para muitos, a primeira gramática do ocidente (Lallot, 1989, 1,2): “A Gramática é o conhecimento empírico do que se encontra, na maioria das vezes, nos poetas e nos outros escritores”. Ora, o leitor sabe, temos certeza, da importância dos tratados linguístico-filosóficos gregos para o surgimento das teorizações latinas.

Gramática era, portanto, para Dionísio, conhecimento não teorizado, provindo apenas de experiências de análise textual ou filológica, algo bem diferente da tradição gramatical contemporânea. Dionísio fixou normas a partir do uso atestado nos textos de sua época, com a finalidade de preservar a cultura de seu povo; entretanto, não considerou as antecipações lógicas propostas por Aristóteles, apresentando preocupações apenas com o nível estóico do significante.

Partindo das observações desses filósofos, compôs um pequeno tratado cujos traços fundamentais ainda hoje estão presentes na maioria das gramáticas ocidentais, pena que sua primeira frase, talvez a mais precisa, não tenha tido igual consideração, e sim, os seus outros enunciados, carentes da perceptibilidade daquela.

Tendo nascido na Alexandria, viveu aproximadamente entre 170 e 90 a.C., constando sua obra de vinte parágrafos, que não abrangem a sintaxe, somente a fonética e a morfologia:

1. Da gramática.
2. Da leitura.
3. Do acento.
4. Da pontuação.
5. Da rapsódia.
6. Do elemento.
7. Da sílaba.
8. Da sílaba longa.
9. Da sílaba breve.
10. Da sílaba comum.
11. Da palavra.
12. Do nome.
13. Do verbo.
14. Da conjugação.
15. Do particípio.
16. Do artigo.
17. Do pronome.
18. Da preposição.
19. Do advérbio.
20. Da conjunção.

Convém destacar, ainda, o parágrafo a respeito da palavra – “léxis” (Idem, ibidem, 11, 2):

Em relação à sintaxe¹, a palavra é a menor parte da oração.

A oração é uma composição em prosa que manifesta um pensamento completo.

São oito as partes da oração: nome, verbo, particípio, artigo, pronome, preposição, advérbio e conjunção.

¹ O vocábulo **sintaxe**, que aparece no original grego, deve ser entendido como arranjo significativo; ou seja, a menor parte do enunciado que apresenta um arranjo semântico é a palavra.

Detenhamo-nos na definição de oração (“lógos”): a oração é uma composição que manifesta um pensamento completo, e que contém oito partes; deixando de lado as diferenciações feitas por Aristóteles, quanto aos vários tipos de oração, Dionísio generaliza, determinando-a como composição de oito partes possíveis; número apontado, a partir dele, como determinante da oração perfeita.

Da verbalização aristotélica do pensamento, passamos para a composição de oito partes. Quanto ao princípio dessa composição, o “*hypokeímenon*”, nada é dito de maneira direta. Somente trata do nome como parte com caso que significa um corpo ou ação (Idem, *ibidem*, 12, 2):

O nome é uma parte da oração com caso, que significa um corpo ou uma ação; um corpo, por exemplo, pedra; uma ação, por exemplo, educação; afirmado de forma comum ou particular; comum, por exemplo, homem, cavalo; particular, por exemplo, Sócrates. O nome tem cinco acidentes: gênero, espécie, figura, número e caso.

Esses cinco acidentes citados são amplamente desenvolvidos:

- gêneros: masculino, feminino e neutro;
- espécies: primitiva e derivada (patronímica, possessiva, comparativa, superlativa, hipocorística, parônima e verbal);
- figuras: simples, composta e parassintética;
- números: singular, dual e plural;
- casos: direto, genitivo, dativo, causativo e vocativo.

Apresenta, ainda, outra classificação de acidentes (quanto à espécie), que correspondem nas classificações gramaticais a substantivos, adjetivos, pronomes e numerais: próprio, comum, epíteto (adjetivo), relacional, como o relacional, homônimo, sinônimo, ferônimo, diônimo, epônimo, étnico, interrogativo, indefinido, relativo, coletivo, distributivo, compreensivo, onomatopaico, genérico, específico, ordinal, numeral, absoluto e partitivo.

No capítulo seguinte define o verbo sem relacioná-lo com o nome, pois, como já dissemos, não teve preocupações com a sintaxe (Idem, *ibidem*, 13, 2): “O verbo é uma palavra sem caso, capaz de conter tempos, pessoas e números, que exprime o ativo e o passivo. Tem oito acidentes: modo, voz, espécie, figura, número, pessoa, tempo e conjugação”.

O trabalho de Dionísio apresenta, então, somente sistemas classificatórios, não considerando o significado nem a sintaxe. Preocupações objetivas com o arranjo só aparecerão no segundo século depois de Cristo, com Apolônio Díscolo, que, organizando sistematicamente toda a matéria linguística sobre uma base filosófica, afastou-se do exame do aspecto exterior, típico da gramática alexandrina.

Tendo vivido na primeira metade do segundo século, escreveu inúmeras obras, sendo que aquelas que chegaram até nós revelam uma retomada das preocupações aristotélicas com a lógica e a linguagem. Quase todas as obras se referem à gramática (Neves, 1987, 118):

- Dos Elementos.
- Da Divisão das Partes da Oração:
 - Dos nomes;
 - Dos verbos;
 - Dos participípios;
 - Do artigo;
 - Do pronome;
 - Da preposição;

- Dos advérbios;
- Das conjunções.
- Da Sintaxe das Partes da Oração.
- Da Composição.
- Dos Acidentes.
- Das Figuras.
- Das Figuras Homéricas.
- Da Ortografia.
- Da Prosódia.
- Dos Dialetos Dórico, Jônico, Eólico e Ático.
- Das Persuasões de Dídimo.

Porém, de todas essas obras, conservaram-se apenas quatro: Do Pronome, Dos Advérbios, Das Conjunções e Da Sintaxe das Partes da Oração. Na última dessas, Apolônio, ordenando as partes da oração, estabelece duas como essências e as restantes como acessórias (Uhlig, 1910, 11b, 6-14):

A ordenação é a imagem da oração completa, rigorosamente, em primeiro lugar, coloca o nome, depois o verbo, pois sem esses a oração não está completa. Agora, unem-se seguramente por meio da sintaxe, que se ocupa das partes da oração, e, por causa dela, quando ou o nome ou o verbo é retirado, as partes da oração não se completam; se, entretanto, todas as restantes forem retiradas, de forma alguma a oração estará incompleta.

Além de colocar o nome em primeiro lugar e o verbo em segundo, ordenou também as restantes, na seguinte ordem: particípio, artigo, pronome, preposição, advérbio e conjunção. Ordem fixa? Será que Apolônio, definindo uma sequência rígida, adulterou o fato linguístico sintético da língua grega? Será que tal ordenação não fere os princípios de uma língua com nomes marcados pela função (não carecendo de ordem fixa)?

Não! Antes da explanação da negação, cabe, porém, uma pequena digressão: é uma atividade deveras delicada o estudo de textos antigos, pois muito se perdeu, como no caso em questão; e, em outras vezes, como na interpretação das categorias aristotélicas elaborada por Amônio de Herméias, por causa de circunstâncias políticas, econômicas e religiosas, algo muito distante da verdade, se a compreendermos como conjunto de relações sociais², foi afirmado.

Corremos, pois, um risco.

Por conseguinte, de um lado, não podemos estudar os textos de Apolônio sem a devida consideração de Aristóteles (seu predecessor, em relação aos estudos lógicos), e de outro, devemos procurar todos os seus textos, buscar o que está contido em cada fragmento, que porventura tenha chegado até nós³. E em seus fragmentos encontramos algumas linhas que respondem às perguntas apontadas acima (Idem, *ibidem*, 33, 9): “Há uma analogia entre a oração e o animal; da mesma forma que o animal tem corpo e alma, também a oração tem corpo e alma; correspondem ao corpo a dicção, a frase e a sintaxe; à alma, o significado”.

Não há, como já percebeu o leitor atento, alguma contradição. Quando estabelece a ordenação das partes da oração, Apolônio se refere à alma dessa, ao seu significado, à prioridade lógica do nome enquanto princípio do enunciado linguístico. E, assim, quando define nome, retoma o “*hypokeímenon*” aristotélico, introduzindo-o no contexto gramatical

² Concordamos com Nietzsche, a verdade é “um conjunto móvel de metáforas, de metonímias, de antropomorfismos, numa palavra, uma soma de relações humanas” (*Acerca da Verdade e da Mentira*, p. 221).

³ É esse fato, essa procura incessante por informações providas do próprio texto, que torna apaixonante o trabalho do filólogo.

(Idem, *ibidem*, 103, 17): “O nome é parte da oração que designa a qualidade comum ou própria de cada um dos corpos ou ações empregados como sujeito”.

Estuda, também, a diferença entre nome próprio e comum, indicando duas espécies de nomes (primitivo e comum), e mantendo o adjetivo na classe dos nomes (nome epítetico); porém, observa que somente os nomes próprios e comuns designam o “hypokeímenon”, o adjetivo não (Idem, *ibidem*, 135, 9):

Os nomes compreendidos de maneira epítética são estabelecidos depois dos sujeitos, e em nenhum caso os sujeitos depois dos epítetos, por exemplo, o nome ‘homem’ não procura o nome ‘eloquente’, e sim o nome ‘eloquente’ o nome ‘homem’.

Os nomes, empregados em sua forma adjetiva, precisam de um substrato lógico, um “hypokeímenon”, para a sua existência no enunciado; logo, carecendo de outro elemento, com função definida, nunca poderão exercer essa mesma função.

O tratadista percebeu, ainda, a função básica do pronome na teoria do sujeito; indicando o “tode ti” – o ser determinado, é um referente, tanto indagando, quanto substituindo, o que pode ser visto, respectivamente, nos seguintes textos (Idem, *ibidem*, 29, 1 e 101, 13):

Quando procuramos a natureza do sujeito, dizemos: quem se move? quem passeia? quem conversa? Evidencia-se, então, a natureza do ente do movimento, do passeio, da conversa, de modo que se estabelece a pessoa do agente não denominado.

Está claro que, por meio da sintaxe nominal, procuramos a essência do sujeito (esta, de fato, somente os pronomes representam, dela expondo os fatos subsequentes por meio de seus demonstrativos, e, por isso, para todo sujeito de dirigem).

Quanto aos verbos que denotam fenômenos da natureza, aponta a existência de um sujeito-agente, uma divindade que, mesmo não sendo citada, continua sendo o princípio dessas declarações, afirmação que corrobora com o que foi dito acima acerca da verdade, um mero conjunto de relações sociais – um fato antropológico (Idem, *ibidem*, 101b, 15): “Determinamos [os sujeitos] no que concerne à primeira e à segunda, e são indeterminados no que concerne à terceira; agora, relampeja e outros semelhantes são excetuados, já que tal energia foi enviada por um deus”.

Baseados nesse tipo de informação, podemos concluir que o Díscolo, apesar de ter recuperado as afirmações aristotélicas, não as desenvolveu, continuando com a idéia platônica de sujeito-agente, o que, infelizmente, até hoje é ainda afirmado.

Caminhemos até outras afirmações de Apolônio, àquelas que apresentam concordância maior com o discípulo de Platão, como, por exemplo, a sua definição de verbo. Perdemos o seu tratado específico, entretanto, em um dos comentaristas de Dionísio Trácio, encontramos a sua conceituação (*Commentarius Heliodori*, 13, 21): “Verbo é parte da oração sem caso que, por meio de transformações particulares, é capaz de conter diversos tempos com atividade ou passividade ou nenhum dos dois, e que exprime também as pessoas e os números, quando mostra as disposições da alma”.

Concordamos com o comentarista, Heliodoro, quando aponta em outro trecho de seu tratado a excelência da conceituação, pois, afirmando que o verbo exprime os diversos tempos por meio de transformações particulares, Apolônio o separa o advérbio de tempo, que também designa momento, como ‘hoje’, ‘amanhã’, ‘ontem’, ‘agora’ etc., mas não por meio de mudanças em sua própria forma. Acrescenta, ainda, que o verbo representa as pessoas e os

números somente quando exprime as disposições da alma, pois o infinitivo, não exprimindo nenhum movimento da alma, não representa nem pessoa, nem número.

Apolônio, diferentemente dos estóicos, que se preocuparam de maneira demasiada com neologismos, e também de Dionísio, seguidor daqueles, recuperando as antecipações de Aristóteles, criou uma obra deveras significativa, que, como veremos adiante, teve seus pressupostos teóricos esquecidos, em prol de um descritivismo improfícuo.

Teve, ainda, inúmeros seguidores: Teodósio Alexandrino (IV-V d.C.), Sofrônio Alexandrino (VI), George Coerobosco (fins do século VI) e Heliodoro Bizantino (posterior ao século VI), os quais, comentando a obra de Dionísio Trácio, usaram e abusaram das definições de Apolônio.

No seu escólio sobre os cânones de Teodósio, Sofrônio, comentando as partes da oração, assume a posição de Apolônio (Sophronii Patriarchae Alexandrini, *Excerpta*, pp. 375 e 376):

É preciso compreender as oito partes da oração de maneira unânime, pois alguns afirmam que são duas; outros, que são cinco; outros, nove; outros, dez (um número muito maior, ninguém ainda imaginou); as oito são, de fato, reconhecidas por todos os grandes especialistas. As causas da fixação dessas conheceremos em outro lugar; entretanto, alguém deve estar errado, pois, sendo oito as partes da oração, como encontramos oração completa de duas, por exemplo, 'homem corre'.

E ainda (Idem, *ibidem*, p. 376):

A oração universal é aquela que tem oito partes, que depende do raciocínio, da mesma forma que o animal universal. A oração particular é uma justaposição de palavras que estabelece um pensamento completo, quer seja feita de duas, três ou mais partes.

O que existe de fato é a oração particular, a significativa, o enunciado que depende de um contexto, que pode ser mínimo, mas que apresenta realidade linguística; o que importa, então, é o uso.

Quanto ao nome, assume a definição de Apolônio, com a substituição de "poiotéta" por "ousía", e também todas as observações que o outro havia feito em relação ao sujeito (Idem, *ibidem*, pp. 378 e 379): "O nome é parte declinável da oração que atribui a cada um dos corpos ou ações empregados como sujeito a essência comum ou própria".

Adota, também, a ordenação das partes da oração proposta por Apolônio; e, com ela, as duas partes essenciais e as seis acessórias.

O trabalho de Coerobosco é semelhante ao de Sofrônio. Citemos a sua ordenação das partes da oração (Georgii Choerobosci. *Scholia*, pp. 2 e 3): "O nome é colocado antes do verbo, uma vez que ele é o índice da essência, e o verbo, do acidente (as essências precedem os acidentes)".

Porém, houve muitos comentaristas e mesmo alguns gramáticos, que, desconsiderando a obra de Apolônio, apenas parafrasearam ou copiaram Dionísio. Como exemplo dessas paráfrases, citemos o *Comentário Bizantino* - IX século d.C. (*Commentariolus Byzantinus*, 12, 14-18):

O nome é parte declinável da oração. É considerado parte da oração, porque é uma das suas oito partes; é considerado declinável, porque admite casos; significando corpo ou ação; um corpo, como pedra; uma ação, como educação. Saiba que, segundo os gramáticos, corpo é tudo o que pode ser

dominado pelo tato, e ação, o que não pode ser dominado pelo tato, mas pelo pensamento.

De cópia, Constantino Lascaris - século XV (Lascaris, Constantinus. Greeks Grammar):

A palavra é a menor parte divisível da oração composta.

A oração é a composição composta de palavras que manifesta um pensamento completo. As partes dessa são oito: nome, verbo, particípio, artigo, pronome, preposição, advérbio e conjunção. Dessas, cinco são declináveis: nome, verbo, particípio, artigo e pronome. E três são indeclináveis: preposição, advérbio e conjunção.

O nome é parte declinável da oração, que significa essência particular ou comum. Apresenta cinco acidentes: gênero, espécie, figura, número e caso.

Constantino praticamente copia o trabalho de Dionísio, o que foi feito também pelos gramáticos posteriores, um copiando o outro, tanto na teoria quanto nos exemplos.

Concluamos: Dionísio, fixando um uso tradicional, ignorou as antecipações lógicas de Aristóteles; Apolônio, apesar de retomar a noção de “hypokeímenon” e de teorizar no contexto gramatical, não foi muito longe na compreensão do termo no nível do significado, ou seja, não desenvolveu as afirmações de seu predecessor; foi, ainda, o primeiro que indicou o nome e o verbo como elementos essenciais para a existência de qualquer oração, pois não especificou o tipo de oração estudado amplamente em sua obra; quanto aos comentaristas posteriores, não foram além das afirmações de seus dois mestres, Dionísio e Apolônio.

A seguir, veremos como essas noções ocorreram no domínio da gramática latina.

2. As gramáticas latinas

Após essa consideração dos tratados gregos, chegamos aos romanos, que encontraram na maioria das disciplinas acadêmicas a base do conhecimento já desenvolvida pelos gregos; tiveram, assim, duas alternativas em relação aos estudos linguísticos: a aplicação pura e simples, sem a menor alteração, do arcabouço classificatório e descritivo da gramática grega, ou o reexame dos sistemas gregos à luz dos fatos encontrados no latim. A maioria dos gramáticos latinos optou pela primeira alternativa.

Dentre todos os autores latinos que hoje conhecemos, somente Varrão é que exhibe uma considerável reformulação dos termos e conceitos da gramática. Tendo percebido que, a par das semelhanças estruturais, algumas modificações precisavam ser feitas para uma aplicação coerente do descritivismo grego, Varrão estabeleceu três divisões para o estudo da língua: etimologia, morfologia e sintaxe (De L. L. VIII, I, apud Robins, 1951, 53).

Infelizmente, seu estudo das relações das palavras nas sentenças e sua sintaxe se perderam; talvez tenham influenciado Apolônio Díscolo, o primeiro, pelo menos até onde conhecemos, que apresentou uma sintaxe elaborada no Ocidente.

Na morfologia, faz a distribuição das palavras na língua latina, usando princípios puramente formais; sua primeira divisão é entre palavras variáveis e invariáveis. Quanto às partes da oração, usando métodos e termos inventados pelos gregos, elabora uma divisão própria, estabelecendo quatro classes de palavras: a primeira é aquela que possui casos – a dos nomes; a segunda, tempos – a dos verbos; a terceira possui os dois, casos e tempos – a dos particípios; e a quarta, que não possui nem um nem outro – a das partículas (Idem, ibidem, p. 54). Quando subdivide, depois, a classe nominal em quatro subclasses (pronomes interrogativos, nomes comuns, nomes próprios e pronomes demonstrativos), usa também

outros critérios, que não formais (Idem, ibidem, p. 55). Quanto aos verbos, revela a influência dos estóicos, pois também os chama de completos e incompletos (Idem, ibidem, p. 57).

Os outros gramáticos latinos, como já dissemos, copiaram a classificação grega; quando havia diferenças, faziam malabarismos para mantê-la. Foi assim que conservaram as oito partes da oração; não tendo artigos, substituíram-nos pelas interjeições. O primeiro tratadista que apresenta essas oito partes latinas é Remmius Palaemon, que viveu no primeiro século da nossa era, no tempo de imperador Claudius.

No mesmo século, um dos prováveis alunos de Palaemon, Quintiliano, em seu tratado de oratória, no capítulo dedicado à gramática, além de questionar a determinação do número de casos (Quintilien, Institutio Oratoria, I, 4), aponta, por meio de um pequeno histórico, o número e a natureza das partes da oração que deveriam ser ensinadas a todas as crianças (Idem, ibidem):

Em seguida, examinará quantas e quais são as partes da oração, relacionando-as com os seus criadores, ainda que, quanto ao número, haja pouco acordo. Os antigos, de fato, dentre os quais Aristóteles e também Theodectes, apenas se referiram ao verbo, ao nome e às conjunções, certamente porque nos verbos encontramos o processo, nos nomes, a substância, e ainda porque um é o que é afirmado, o outro, a partir do que algo é afirmado; a respeito das conjunções, por outro lado, indicaram que são a conexão desses; as quais, eu sei, são chamadas de conjunções pela maioria dos estudiosos, o que parece ser a tradução mais apropriada de “*syndesmos*”. Paulatinamente, pelos filósofos e sobretudo pelos estóicos, o número foi aumentado; primeiramente, às conjunções são acrescentados os artigos, depois as preposições, aos nomes, a denominação, depois os pronomes; aos verbos, o particípio; mais tarde, aos próprios verbos, os advérbios. A nossa língua não precisa dos artigos e, por isso, estão espalhados nas outras partes da oração; entretanto, acrescenta a interjeição às partes mencionadas.

Referindo-se a Aristóteles, Quintiliano não cita o termo “*hypokeímenon*”, pois, tratando-se de uma obra de oratória, sua abordagem dos conceitos e termos é apenas acidental. Porém, indiretamente, descreve-o com propriedade, quando afirma ser aquilo “a partir do qual algo é afirmado”.

Do século seguinte, temos a gramática de Emílio Asper, uma adaptação reduzida da gramática de Dionísio Trácio (Keil V, Grammatici Latini, parte 2, p. 549 e 551):

Das partes da oração

As partes da oração são oito: nome, pronome, verbo, advérbio, particípio, conjunção, preposição e interjeição.

Do nome

O nome é a parte da oração pela qual cada coisa é chamada, quer seja inanimada, como homem, Catão; quer inanimada, como árvore, pedra; quer ainda incorpórea, como perfídia, clemência. Os nomes têm cinco acidentes: qualidade, gênero, número, figura e caso.

Do verbo

O verbo é a parte da oração com tempo e pessoa que significa a ação ou a passividade. São acidentes do verbo a qualidade, a significação, o número, a figura, o tempo, a pessoa e a conjugação.

Quanto às partes, temos a manutenção do número por meio da troca, já citada, do artigo pela interjeição. Quanto ao nome, a mesma desconsideração dos trabalhos de Aristóteles e de Apolônio, os quais, mesmo numa gramática simples e didática, deveriam

estar presentes, ao menos nas entrelinhas. Asper mantém, ainda, os cinco acidentes, trocando apenas a espécie pela qualidade, com uma leve alteração semântica. Quanto ao verbo, encontramos a subtração de um acidente – a espécie, e com isso de oito passamos a sete.

Entretanto, somente no século seguinte ao de Asper, o terceiro, e sobretudo no quarto, no período tardio do império, é que acontece uma profusão de tratados gramaticais, dos quais os mais famosos são o de Donato (aproximadamente 400 d.C.) e o de Prisciano (aproximadamente 500 d.C.).

Na educação desse período, os estudos literários haviam suplantado os filosóficos, e essa mudança ocasionou alterações também nos métodos dos gramáticos. As escolas, que se multiplicavam, precisavam de compêndios didáticos, e assim foram feitas cópias, adaptações e, frequentemente, deformações tanto das obras literárias quanto dos tratados gramaticais. Essas adaptações e resumos tiveram, principalmente no domínio da terminologia, um resultado irracional: os gramáticos, não sendo mais capazes de justificar os conceitos que usavam, caíam na incoerência. Quando citarmos a obra de Sérgio, exemplificaremos tal ilogismo.

Nos tratados de Donato e Prisciano, não há inovação; o primeiro traduz praticamente Dionísio, enquanto que o outro comenta os trabalhos de Apolônio. A única idéia original do período foi concebida por Macróbio (aproximadamente 400 d.C.), que escreveu um estudo comparativo dos sistemas verbais latino e grego (Keil, *Op. cit.*, volume V).

A obra de Donato apresenta duas versões, a primeira somente recria Dionísio, enquanto que a segunda acrescenta algumas afirmações de Quintiliano. Citemos a mais completa (Holtz, 1981, 613):

Das partes da oração

As partes da oração são oito: nome, pronome, verbo, advérbio, particípio, conjunção, preposição e interjeição. Dessas, duas são as principais partes da oração: nome e verbo. Os latinos não incluem o artigo; os gregos, a interjeição. Muitos consideram as partes da oração em maior número; muitos em menor. Realmente, de todas, apenas três são as que em seis casos são flexionadas: nome, pronome e particípio.

Via oratória (Quintiliano), a importância maior do nome e do verbo está contida em Donato, mas é só isso; não há preocupações com a sintaxe. Nada é dito em relação ao sujeito, como provam os textos a respeito do nome e do verbo citados abaixo (Idem, *ibidem*, pp. 614 e 632):

Do Nome

O nome é a parte da oração com caso que significa corpo ou ação, de modo próprio ou comum. Próprio, como Roma e Tibre; comum, como cidade e rio. O nome tem seis acidentes: qualidade, comparação, gênero, número, figura e caso. Há o nome de um homem, a denominação de muitos e o nome próprio das ações. Mas, de modo geral, dizemos apenas nomes.

Do verbo

O verbo é a parte da oração com tempo e pessoa, sem caso, que significa ou o ativo ou o passivo ou o neutro. O verbo tem sete acidentes: qualidade, conjugação, gênero, número, figura, tempo e pessoa.

O que encontramos, então, é praticamente o tratado de Dionísio Trácio. Novamente, todas as antecipações aristotélicas são deixadas de lado, em prol de um didatismo baseado apenas em um descritivismo classificatório. Novamente, ainda, como entre os gregos, em relação a Dionísio, aparecem inúmeros comentários da gramática de Donato, a tal profusão

citada, todos problemáticos e confusos: Carísio, Diomedes, Sérgio, Consêncio e Sérvio (todos coevos de Donato).

Destaquemos alguns deles.

Em Carísio temos quase uma cópia de Donato. No tocante à oração e seus componentes, encontramos, de diferente, apenas uma definição (Charisii, Artis Grammaticae, p. 193):

Da oração

A oração é emitida pela voz e, por meio das dicções, uma declaração ordenada, como expressão do pensamento.

Em Diomedes encontramos a fonte grega da “oris rádio” (Keil. Op. cit., V, I, p. 300):

Da oração

A oração é um arranjo ordenado de palavras voltado para uma conclusão delimitada. Alguns assim a definem: a oração é uma composição de dicções consumando um pensamento e significando, ainda, uma realidade completa. Assim Carros: a oração é emitida pela voz e, por meio das dicções, uma declaração ordenada. Por outro lado, a oração parece ser ensinada como expressão do pensamento, ou, como no grego, “ao tudo oarídzein”, isto é, conversar. Donde Homero, “oarídzeton alléloisin”. A oração é conversa entrelaçada, tendendo a um fim.

Quanto ao que é dito a respeito das partes da oração, ambos, Diomedes e Carísio, apresentam as mesmas definições e os mesmos exemplos de Donato, não acrescentando, como aquele também não havia feito, nenhuma referência ao sujeito.

Em Sérgio, já podemos observar algo mais, traços das afirmações de Apolônio Díscolo (Keil, Grammatici Latini, IV, p. 487):

Das partes da oração

A oração é chamada de elocução, aproximadamente expressão do pensamento. Dessas orações, isto é, elocuições, oito são significativas [tudo, de fato, que exprimimos, tem essas oito significações], isto é partes. Aristóteles, certamente, diz serem dez as categorias: adiciona duas, que não dizem respeito aos gramáticos, “energian” e “hypostasin”, isto é, o que executa e o que é a substância.

Diomedes confundiu “oratio” com “sermo”. Sérgio faz pior, pois confunde as categorias aristotélicas com as partes da oração, afirmando que as duas categorias adicionadas por Aristóteles – “energian” e “hypostasin”, não pertencem à gramática, inicia outra tradição, a nosso ver igualmente equivocada, a consideração de categorias semânticas como simples categorias gramaticais ou classes de palavras. Referindo-se ao “hypokeímenon” e ao “rhéma”, ao explicá-los, somente parafraseia, ou seja, é redundante, pois afirma que “hypostasin” é substância, pura tradução. Porém, a confusão mais clara é a troca de “hypokeímenon” (particípio substantivado de “hypokeímai” – o que está deitado debaixo) por “hypostasin” (forma oriunda de outra raiz verbal, “sta/e“, e que resulta conseqüentemente em outra tradução – o que está posto debaixo). Temos, destarte, a permuta de “subiicio” por “subiaceo”, como já foi indicado anteriormente. O “hypokeímenon” (sujeito), de elemento primordial, passa a secundário, já que algo colocado debaixo de outra coisa é posterior logicamente a essa outra coisa.

Chegando ao “subiaceo”, encontramos Prisciano, primeiro gramático que o cita, cuja fama é comprovada pela existência de mais de mil manuscritos⁴. Da mesma forma que o tratado de Donato, o de Prisciano também não é original, uma vez que o autor confessa que usou, tanto quanto pôde, o trabalho de Apolônio Díscolo para explicar a sintaxe latina (Keil, *Op. cit.*, v. III, p. 107):

Da construção

Já que nos livros anteriores seguimos a autoridade de Apolônio em relação às partes da oração, de modo geral, não negligenciado também os dados necessários de outros, seja dos nossos seja dos gregos, e, se nós mesmos pudermos acrescentar algo de novo, ainda seguindo, sobretudo, os passos do mesmo a respeito da ordenação ou construção das palavras – que os gregos denominavam “sintaxin”, não recusemos inserir, se algo conveniente for encontrado, tanto dos outros quanto dos nossos.

Em suas definições, Prisciano sempre compara as afirmações de seus predecessores, algumas vezes as de Dionísio outras as de Donato, com o legado de Apolônio. Examinemos uma dessas comparações, quando da definição de oração (Keil, *Op. cit.*, v. II, p. 53):

Oração é a ordenação conveniente de dicções que expressa um pensamento completo. No entanto, essa definição de oração é aquela que é geral, isto é, dividida em espécies ou partes. De fato, a oração é também denominada obra retórica, e, além disso, cada dicção é frequentemente designada por meio desse nome quando indica um pensamento pleno, como verbos no imperativo e as respostas, que frequentemente estão completas com apenas uma dicção, ainda que alguém diga “qual é o mais elevado bem em vida?”, e responda que é a “honestidade”, digo “respondeu com boa oração”.

Na primeira parte da definição, temos o que foi dito por Dionísio e assumido pelos gramáticos latinos; na segunda, reflexões de quem conhecia a obra de Apolônio.

Fenômeno semelhante ocorre quando Prisciano define o nome; desta vez, comparando Donato e Apolônio, introduz o termo usado por Aristóteles e divulgado pelo Díscolo – chegamos à história latina do conceito (Keil, *Op. cit.*, v. III, pp. 480 e 481):

O que é nome? Segundo Donato, parte da oração com caso que significa corpo ou ação de modo próprio ou comum; segundo Apolônio, parte da oração que revela em si mesma a qualidade própria ou comum dos seres singulares, corpóreos ou incorpóreos, empregados como sujeitos.

Prisciano traduz “hypokeímenon” por “subiectus” – forma participial passiva de “subiaceo”, “subiacēre”, que apresenta poucas atestações, daí a permuta já citada e a consequente perda da homonímia: “subiectus” de “subiaceo” e “subiectus” de “subicio”.

Em outra passagem, define-o mais sinteticamente (Keil, *Op. cit.*, v. III, p. 55): “O nome é parte da oração que atribui a qualidade própria ou comum a cada um dos corpos ou ações empregados como sujeito”.

Retomando Apolônio, recupera o termo “subiectus” e o introduz no contexto da gramática latina. Porém, não teve a mesma precisão do Díscolo, e deixando de indicar a homonímia latina, colaborou com as errôneas afirmações posteriores.

Assumindo, ainda, a ordenação das partes da oração apresentada por Apolônio, não esclarece, como aquele havia feito, o nível no qual a ordenação se encontra (o do significado);

⁴ Robins, *op. cit.*, p. 62.

e, assim, conduz a equívocos, já que o intenso processo de transformação do latim levou os gramáticos a se apegarem à ordenação no nível formal, ou seja, no nível do significante. Como não havia mais os casos, as marcas nas palavras, as funções passaram a ser definidas pela ordem na frase. Por conseguinte, houve um empobrecimento sob o aspecto lógico no ensino e no uso da língua, o que já havia sido plantado entre os gregos, no tocante ao descritivismo, que facilitava a “libido dominandi” (o discurso do poder), pois se desviava do enfoque essencial.

Vejamos o texto em que Prisciano assume a ordenação (Keil, Op. cit., v. III, p. 107):

Assim, portanto, a oração se torna perfeita por meio da ordenação adequada; dessa maneira, por meio da ordenação adequada, as partes da oração são transmitidas por doutíssimos conhecedores da arte da palavra, em primeiro lugar colocaram o nome; em segundo, o verbo, pois nenhuma oração sem esses está completa, o que pode ser demonstrado pela construção que contenha quase todas as partes da oração.

Talvez, Prisciano tivesse consciência da diferença entre o significado e o significante em relação à oração e às suas partes, entretanto, não explicitando tal diferença, possibilitou a confusão subsequente. A ordem dos elementos, a partir dos gramáticos posteriores, passou a ser entendida apenas no nível formal.

Declara, ainda, quando estabelece as partes da oração, que somente pelas propriedades das significações de cada uma é que podem ser distinguidas (Keil, Op. cit., v. II, pp. 54 e 55): “As partes da oração não podem ser distinguidas entre si de outra maneira, a não ser que estejamos atentos às propriedades das significações de cada uma”.

Texto preciso, que revela um leitor atento de Apolônio.

Houve, como indicamos, na história da gramática latina, duas forças: a primeira, representada por Donato, que, como um perfeito monumento de seu tempo, olhava constantemente para o passado, cultuando de forma menos funcional a língua e os estilos dos escritores desse passado; a outra, representada por Prisciano, que valorizando novamente a semântica, recuperou indiretamente Aristóteles, entretanto, no que se refere às classes de palavras, ainda diferem da posição atual de nossas gramáticas. Ora, somente definimos com precisão, quando levamos em conta também os aspectos semânticos; o contrário, a insistência em definições meramente formais, trará sempre imprecisões ou vazios.

3. O retorno medieval à abordagem semântica

Com os *modistae*, pensadores medievais que objetivaram a gramática com filosófica, encontramos a formação modal das classes de palavras como encontramos hodiernamente. E as partes da oração passaram a ser distinguidas por meio dos modos ativos de significação, ou seja, por meio da maneira pela qual significam as qualidades ou propriedades das coisas. Houve uma retomada da obra de Aristóteles, sobretudo de sua epistemologia; entretanto, em relação ao conteúdo das gramáticas, houve pouca mudança, uma vez que a insistência da repetição do modelo gramatical grego, via Prisciano, persistiu.

Um dos grandes autores desse grupo foi Thomas de Erfurt, que apresentou um tratado gramatical completo no mesmo estilo dos “Modistae”, que se tornou o mais conhecido tratado filosófico medieval sobre a linguagem. Nele, Thomas nos dá uma interpretação filosófica da divisão das partes da oração encontrada em Prisciano. Vejamos a sua definição de nome (Thomas de Erfurt, Grammatica Speculativa, cap. VIII, apud Buescu, 1983, 157): “O nome é a parte da oração que significa por meio do modo de ser”. Diferenciou, ainda, o nome substantivo do nome adjetivo (Idem, ibidem): “O modo de significar por meio de um modo

por si subsistente (...) constitui o nome substantivo. Nome adjetivo significa por meio de um modo de algo inerente a outro”.

Entretanto, esses esforços na busca de precisas definições não alcançaram, de maneira prática, os tratados gramaticais; pois, nessas obras, em relação ao conceito de sujeito, nada é acrescentado ao que Prisciano havia dito.

Vejam, agora, alguns trechos da gramática de Roger Bacon (século XIII); poucos, pois também são poucas as diferenças em relação ao autor latino (Roger Bacon, Gram. Graec., p. 278): “A gramática é, conforme a substância, una e a mesma em todas as línguas, ainda que, acidentalmente, haja variações”.

Apesar de ter afirmado a unidade da gramática em todas as línguas, não buscou essa unidade em seu tratado, preferindo insistir nos modelos tradicionais, alterando apenas a ordem da apresentação da matéria (Idem, ibidem, pp. 158 e 165):

Passando à antonímia [sic]⁵, a qual chamamos de pronome, e não seguindo, em relação a ele, a ordem grega ou a de Prisciano, visto que não intento discorrer acerca da invenção dos pronomes, os quais foram inventados depois dos verbos, para que suprissem a ausência do nome na primeira e na segunda pessoa dos verbos; visto que, verdadeiramente, foram inventados para o lugar do nome, e desde que significam a substância do nome, embora difiram no modo de significação, pois os nomes significam, como se diz, a substância com qualidade, e os pronomes, sem qualidade, e, ainda, porque no lugar do nome são compreendidos e principalmente no lugar dos nomes próprios, pois é próprio do pronome ser colocado no lugar do nome próprio (...).

E, sobretudo, quando a oração perfeita, que é considerada pelo gramático, pode suficientemente ser feita de nome ou pronome e verbo; o verbo é o fim de tal oração e o complemento, o nome e o pronome, por outro lado, são o princípio.

Temos aqui, evidentemente, a retomada da ordem lógica de Aristóteles e Apolônio. O nome é definido como o princípio da oração, e o predicado, como fim, como a sequência de coisas que, a partir do sujeito, são afirmadas.

Reiteremos: baseando o estabelecimento das partes da oração e as suas categorias secundárias em distinções lógicas e metafísicas, Roger Bacon, na concepção prática da gramática, continuou estritamente ligado ao sistema classificatório de Prisciano e Donato, pois não apresentou uma sintaxe substancial, na qual poderia ter elaborado de maneira criativa as antecipações aristotélicas, que foram somente em parte desenvolvidas pelos teóricos da época, já que tiveram o entrave do modelo gramatical clássico.

Assim, a abordagem persistiu morfológica, mas já com a consideração do aspecto semântico, o que a diferenciou dos primeiros tratados greco-latinos; e as classes de palavras foram definidas como as temos hoje em nossos compêndios gramaticais.

Conclusão: das partes da oração às classes gramaticais

Assim, pouco a pouco, as partes da oração foram se constituindo em classes; e das oito partes de Dionísio chegamos às classes da gramática normativa atual. Recordemos o excerto da ‘primeira gramática’: “São oito as partes da oração: nome, verbo, particípio, artigo, pronome, preposição, advérbio e conjunção”. O nome, com os *Modistae* foi dividido ou, pela deiscência, foi compreendido como substantivo e adjetivo; o particípio retornou ao verbo. E a interjeição, colocada pelos romanos no lugar do artigo, para o alcance da frase perfeita de oito partes, passou, da mesma forma, para a Língua Portuguesa.

⁵ O correto seria antinomia, não podemos afirmar se foi erro do próprio autor ou da edição.

Nosso percurso com os alunos foi sendo trabalhado com traduções e interpretações dos primeiros tratados gramaticais, o que possibilitou uma visão panorâmica e fenomenológica do fato linguístico; que, por sua vez, provocou deiscências profícuas em relação à língua portuguesa.

Referências

- ABRAHAM, Werner. Diccionario de Terminologia Lingüística Actual. Madrid: Gredos, 1981.
- ALBUQUERQUE, Irene T. de. “A evolução do conceito de gramática dos gregos aos ingleses do século XVII” in Miscelânea de Estudos. Lisboa: Comissão Científica do Departamento de Estudos Anglo-americanos da Faculdade de Letras de Lisboa, 1985.
- ARISTOTE. De la génération et de la corruption. Paris: Les Belles Lettres, 1966.
- _____. La métaphysique. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 1974.
- _____. Physique. Paris: Les Belles Lettres, 1926, tome premier.
- _____. Poétique. Paris: Les Belles Lettres, 1932.
- _____. Organon – Catégories et De L’interprétation. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 1989.
- ARISTÓTELES. Categorias. Lisboa: Guimarães, 1982 (tradução de Silvestre Pinheiro Ferreira).
- _____. Organon. Lisboa: Guimarães, 1985, 5 volumes.
- _____. Poética. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1986.
- _____. Tópicos e Dos Argumentos Sofísticos. São Paulo: Nova Cultural, 1987.
- ARISTOTELIS. Ars Rhetorica. Oxford: Oxford University Press, 1986.
- _____. Categoriae et Liber de Interpretatione. Oxford: Oxford University Press, 1986.
- _____. De Arte Poetica Liber. Oxford: Oxford University Press, 1982.
- _____. Topica et Sophistici Elenchi. Oxford: Oxford University Press, 1958.
- ARISTOTLE. Meteorologica. London: William Heinemann, 1952.
- ARNAULD, Antoine. Gramática de Port-Royal/Arnauld e Lancelot. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- ARNAULD et LANCELOT. Grammaire Générale et Raisonnée. Paris: Républications Paulet, 1969 (avec les remarques de Duclos et préface de Michel Foucault).
- BACON, Roger. The greek grammar. Cambridge: The University Press, 1902.
- BAILLY, A. Dictionnaire Grec-Français. Paris: Hachette, 1950.
- BARBOSA, Jeronymo Soares. Grammatica Philosophica da Língua Portuguesa. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1881.
- BARROS, João de. Gramática da Língua Portuguesa. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1971.
- BEKKER, Immanuel. Anecdota Graeca. Berolini: G. Reimerum, 1816.
- BEKKER, Immanuel. Anecdota Graeca. Graz-Austria: Akademische Druck-u. Verlagsanstalt, 1965.
- BOISSONADE, J. Anecdota Graeca. Hildesheim: Georg Olms Verlagsbuchhandlung, 1962.
- BRUN, Jean. Les Stoïciens. Paris: Presses Universitaires de France, 1962.
- DAHLMANN, Hellfried. Zur Ars Grammatica des Marius Victorinus. Mainz: Verlag der Akademie der Wissenschaften un der Literatur, 1970.
- EGGER, E. Apollonius Dyscole – Essai sur l’histoire de théories grammaticales. Paris: Auguste Durand Librairie, 1854.
- EGGER, E. Notions Élémentaires de Grammaire Comparée. Paris: G. Pedone-Lauriel, 1880.
- EMMANUELIS ALVARI. Institutio Grammatica. Roma: Horatio Tursellini S.J., 1832.
- FORCELLINI, Aegidio. Lexicon Totius Latinitatis. Patavii Typis Seminarii, MCMXXX, tom. IV.

- GORGAS. Fragmentos. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 1980.
- HAUDRY, Jean. L'indo-européen. Paris: Presses Universitaires de France, 1984.
- HAUY, Amini B. Da Necessidade de uma Gramática-Padrão da Língua Portuguesa. São Paulo: Ática, 1987.
- HILGARD, Alfredus. Theodosii Alexandrini – Georgii Choerobosci – Sophronii Patriarchae Alexandrini. Lipsiae: Aedibus B.G. Teubneri, 1894.
- HOLTZ, Louis. Donat et la tradition de l'enseignement grammatical. Paris: C.N.R.S., 1981.
- JESPERSEN, Otto. La Philosophie de la Grammaire. Paris: Les Éditions de Minuit, 1971.
- KEIL, H. Grammatici Latini. Lipsiae: Aedibus B.G. Teubneri, 1866.
- KÜHNERT, F. Flavii Sosipatri Charisii – Artis Grammaticae. Lipsiae: Aedibus B.G. Teubneri, 1964.
- LALLOT, Jean. La Grammaire de Denys le Thrace. Paris: C.N.R.S., 1989.
- LASCARIS, Constantinus. Greek Grammar. Amsterdam: Adolf M. Hakkert-Publisher, 1966.
- LENTZ, Augustus. Herodiani Technici – Reliquiae. Lipsiae: Aedibus B.G. Teubneri, 1870, tomi II, fasciculus posterior.
- MARIOTTI, Italo. Marii Victorini – Ars Grammatica. Firenze: Felice le Monnier, 1967.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. Fenomenologia da percepção. São Paulo: Martins Fontes.
- MEYER-LÜBKE, W. Grammaire des Langues Romanes. Vienne: G. E. Stechert & Co., 1923.
- MOUNIN, Georges. Historia de la Lingüística. Madrid: Gredos, 1971.
- MURACHCO, Henrique. Língua Grega – visão semântica, lógica, orgânica e funcional. Petrópolis, R.J.: Vozes, 2001.
- NEBRIJA, Antonio de. Gramática de la Lengua Castellana. Madrid: Nacional, 1980.
- NEVES, Maria Helena de Moura. A Vertente Grega da Gramática Tradicional. São Paulo/Brasília: Hucitec/Editora Universidade de Brasília, 1987.
- OLIVEIRA, Fernão de. A Gramática da Linguagem Portuguesa. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1975.
- OLIVEIRA, Luiz Roberto Peel Furtado de Oliveira. A Gramática de Dionísio Trácio e seus contrapontos semânticos. Campo Grande: Editora Oeste, 2011.
- PACIUS, Julius. Aristotelis Stagiritae... Organum. Morgiis, 1584.
- PELLETIER, Yvan. Les Attributions (Catégories). Montréal/Paris: Bellarmin/Les Belles Lettres, 1983.
- PETERS, F. E. Termos Filosóficos Gregos. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1983.
- PLATÃO. A República. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1987.
- PLATON. Oeuvres Complètes. Paris: Les Belles Lettres, 1950, tome VIII.
- PROTÁGORAS. Fragmentos y Testimonios. Buenos Aires: Aguilar, 1965.
- QUINTILIANUS, M. Fabius. Instituto Oratoriae. Paris: Les Belles Lettres, 1975.
- QUINTILIEN. Institution Oratoire. Paris: Librairie Garnier Frères, s.d.
- RIBEIRO, Julio. Grammatica Portuguesa. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1914.
- ROBINS, R. H. Ancient & Mediaeval Grammatical Theory in Europe. London: G. Bell & Sons Ltd., 1951.
- ROSS, W. D. Aristotle's Metaphysic. Oxford: Oxford University Press, 1953 (first edition – 1924).
- SEQUEIRA, Francisco J. M. Gramática Histórica da Língua Portuguesa. Lisboa: Livraria Popular de F. Franco, s.d.
- SCHMIDT, Rudolphus. Stoicorum Grammatica. Amsterdam: Verlag Adolf. M. Hakkert, 1967.
- SCHWYZER, Eduard. Griechische Grammatik. München: C. H. Beck'sche Verlagsbuchhandlung, 1968.
- SPRINGHETTI, Aemilius. Lexicon Linguisticae et Philologiae. Romae: Typis Pontificiae Universitatis Gregorianae, 1962.

- STEPHANUS, Henricus. Thesaurus Graecae Linguae. Parisiis: Instituti Franciae Typ., 1865.
- UHLIG, Gustavus. Apollonii Dyscoli Quae Supersunt. Lipsiae: in Aedibus B. G. Teubneri, 1910.
- UHLIG, Gustavus. Dionysii Thracis Ars Grammatica. Lipsiae: in Aedibus B. G. Teubneri, 1883.